

## ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA

Às 09 horas e 02 minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no município de Lavras/MG, iniciou-se a oitava reunião ordinária do CODEMA de 2025, por chamada de vídeo online. As seguintes entidades representadas por seus conselheiros estavam presentes: Danielly Ribeiro de Souza (Secretaria Municipal de Obras e Serviços), Marcia Bianca Ferreira Meireles Saraiva Botelho (Secretaria Municipal de Educação), Erielio Ferreira de Araújo (Secretaria Municipal de Saúde), Manuel Dias da Silva Neto (CREA/MG), Mirene Lopes Moraes (ASSEAL), Paulo Renato Costa Santos (Fundação Abraham Kasinski), Kellem Lúcia Costa (OAB/MG), Regis Pereira Venturin (EPAMIG), Paulo Henrique Brito Junior (Notório Saber), José Carlos Fidelis da Silva (COPASA), o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza e eu, escrevente desta ATA, David Martins Gomes Neto, Secretário Executivo do CODEMA. O Presidente do CODEMA cumprimentou a todos os presentes e deu início à reunião. **Participação em Reunião**

**(Pontos 01 a 08) – Primeiro** – Graziela Botelho de Lima, Kira Malves Maia, Antonio Pedro Ferreira Júnior, Livia Dal Sasso de Souza, Lucas Ferreira Rios (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); **Segundo** – Edson Ferreira; **Terceiro** – Engeprex Engenharia; **Quarto** – Terezinha Maria de Souza (Bioplante Consultoria Ambiental); **Quinto** – Wesley Costa (Grupo ATR); **Sexto** - Vanessa Fabiana Costa (CPS Construções S/A); **Sétimo** - Alana Costa Sales Moreira; **Oitavo** - Alyxandra Reskalla. **Aprovação da**

**ATA (Ponto 09) – Nono** – A ATA da 7ª Reunião Ordinária realizada em 05 de agosto de 2025 foi previamente enviada aos Conselheiros. Após discussão no plenário foi deliberado que o conselho aprova a ATA da 7ª Reunião Ordinária do CODEMA de 2025.

**Emissão de Alvará para Estabelecimento (Pontos 10 a XX) – Aprovação de pareceres para liberação e funcionamento dos empreendimentos. Décimo** – TAURI AGRÍCOLA S/A, Rodovia BR 265, Km 162, S/N, Zona Rural, Lavras/MG. **Décimo Primeiro** – RODOVIÁRIO WILSON LTDA, Rua Rio Grande, 648, Novo Água Limpa, Lavras/MG. **Décimo Segundo** – RECICLAGEM RJ LTDA, Rua Tenente Fulgêncio, 534, Jardim Floresta, Lavras/MG. **Décimo Terceiro** - PÔR DO SOL BAR E RESTAURANTE LTDA (SUNSET ARENA), Rua Inimá Ribeiro, 556, Centro, Lavras/MG. **Décimo Quarto** – PLANO CONSTRUÇÕES LAVRAS LTDA, Rua Eunice de Mello Correa, 29, Jardim das Acácias, Lavras/MG. **Décimo Quinto** – LEANDRO FERREIRA FIGUEIREDO, Rua Ernesto de Souza, 205, Morada do Sol III, Lavras/MG. **Décimo Sexto** – JOÃO PAULO MUNTUANI, Av. Rotary, 92, Dona Odete, Lavras/MG. **Décimo Sétimo** – GXII POSTO DE COMBUSTÍVEIS LTDA EPP, Av. Coronel Juventino Dias,

706, Cecília Azevedo, Lavras/MG. **Décimo Oitavo** – EQUINOX CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES, Rua Tenente Jairo, 30, Jardim Floresta, Lavras/MG. **Décimo Nono** - DESIGN ACABAMENTOS, ATACADO E COMÉRCIO LTDA, Av. dos Metalúrgicos, 190, Centro Empresarial, Lavras/MG. **Vigésimo** – SANUSMEDICAL PRODUTOS FARMACEUTICOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA, Rua dos Carijós, 116, Salão, Residencial Santana I, Lavras/MG. **Vigésimo Primeiro** – LAVRAS TRUCK CENTER LTDA, Rua Irene Sacramento Veloso, 160, Morada do Sol, Lavras/MG.

**Regularização Ambiental (Pontos 22 a 24) – Vigésimo Segundo – Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV)** – Estudo de Impacto de Vizinhaça do empreendimento **Ao Cervejeiro LTDA**, localizado na Av. Silvio Menicucci, 863 – Loja 01, Olaria, Lavras/MG. O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento Ao Cervejeiro levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº. 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 E DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento doravante denominado AO CERVEJEIRO, em sua revisão 01, datada de agosto de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.* Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhaça do empreendimento Ao Cervejeiro, localizado na Av. Silvio Menicucci, 863 – Loja 01, Olaria, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho.

**Vigésimo Terceiro – Regularização Ambiental – ZPA** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico, por meio do Ofício nº 433/2025/SMMA/ags/apfj, acerca da documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 42683 e 26769, situado à Rua Antônio Evangelista de Souza, nº 319, bairro Belizandra, de propriedade de Graciete Vilela de Oliveira (CPF: 606.081.106-04). A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Diante do exposto, a Secretaria Municipal de*

69 *Meio Ambiente é favorável a regularização do cadastro 42683 e 26769, devido ao terreno*  
70 *supracitado estar enquadrado na legislação vigente. Após análise e votação, o Conselho*  
71 *manifestou-se favorável ao referido Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio*  
72 *Ambiente, deliberando que o imóvel objeto de análise é passível de regularização. Será*  
73 *encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. Vigésimo*  
74 **Quarto – Intervenção Ambiental – Supressão Ipê Amarelo** – A Secretaria Municipal  
75 de Meio Ambiente encaminha o Parecer nº 058/2025 emitido pela Comissão do  
76 PROPAR, por meio do Ofício nº 417/2025/SMMA/ags/lfrs, com análise do pedido de  
77 supressão de um (01) ipê-amarelo, para deliberação do Conselho. A Comissão do  
78 PROPAR cita: [...] *após vistoria e análise sobre a solicitação de supressão de um (01)*  
79 *indivíduo arbóreo, conhecido popularmente por “Ipê amarelo”, localizado dentro do*  
80 *imóvel de propriedade do solicitante o sr. Carlos Henrique Marcelino (CPF:*  
81 *077.927.876-30), situado à Rua Esmeralda Menicucci Nogueira, Nº 60, Bairro Santa*  
82 *Cruz, Cadastro 50196, Setor 016, Quadra 481 (15), Lote 058 (5), Lavras/MG,*  
83 *SUGERIMOS que o pedido seja deferido, visto que sua localização está em conflito com*  
84 *edificação no terreno, e com a condicionante de pagamento de compensação ambiental*  
85 *pelo corte dessa árvore, de acordo com a Lei nº 4.659/2021, e plantio de cinco (05) novas*  
86 *mudas de ipês amarelos em local a ser indicado posteriormente pelo PROPAR. Após*  
87 *análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao referido Parecer emitido pela*  
88 *Comissão do PROPAR, acolhendo integralmente suas considerações. Será encaminhado*  
89 *ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. Comissão de*  
90 **Empreendimentos (Pontos 25 a 28) - Vigésimo Quinto – Licenciamento Ambiental** –  
91 O Consórcio Regional de Saneamento Básico (CONSANE) encaminha análise técnica  
92 referente ao processo de Licenciamento Ambiental para instalação de loteamento do solo  
93 urbano, exceto distritos industriais e similares, na modalidade LAS/Cadastro, solicitado  
94 pelo empreendimento Loteamento Dona Clara. O empreendimento localiza-se na Estrada  
95 Ponte Alta, S/N, Gleba ao lado do Conjunto Habitacional João da Cruz Botrel,  
96 Lavras/MG. Na referida análise apresentada, o CONSANE manifestou-se nos seguintes  
97 termos: *Conforme apresentado, a atividade enquadra-se em porte pequeno, possuindo*  
98 *como área total 20,34 há, sem incidência de critério locacional de enquadramento,*  
99 *resultando na modalidade LAS/Cadastro. Após análise técnica, o pedido de*  
100 *regularização do empreendimento é passível de aprovação. Vale ressaltar que fica a*  
101 *cargo do CODEMA a deliberação do licenciamento ambiental. Após análise e votação,*  
102 *o Conselho manifestou-se favorável ao Licenciamento Ambiental, na modalidade*

LAS/Cadastro, para o empreendimento Loteamento Dona Clara, em comum acordo com o “PARECER TÉCNICO – LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL, LOTEAMENTO DONA CLARA”, emitido pelo CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho. **Vigésimo Sexto – Licenciamento Ambiental** - O Consórcio Regional de Saneamento Básico (CONSANE) encaminha análise técnica referente ao processo de Licenciamento Ambiental para instalação de usinas de produção de concreto comum, na modalidade LAS/RAS, solicitado pelo empreendimento LONGO & VINHAS SERVIÇOS CONCRETAGEM LTDA. O empreendimento localiza-se na Rodovia Zito de Abreu, S/N, Km 2,6, Sítio Madeira, Zona Rural, Lavras/MG. Na referida análise apresentada, o CONSANE manifestou-se nos seguintes termos: *Conforme apresentado, a atividade enquadra-se em porte médio, possuindo uma produção de 60 m³/h, sendo possível a emissão da Licença Ambiental. Após análise técnica, o pedido de regularização do empreendimento é passível de aprovação, sendo a modalidade LAS/RAS e a deliberação do licenciamento ambiental de competência do CODEMA.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao Licenciamento Ambiental, na modalidade LAS/RAS, para o empreendimento LONGO & VINHAS SERVIÇOS CONCRETAGEM LTDA, em comum acordo com o “PARECER TÉCNICO – LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL, LONGO & VINHAS SERVIÇOS CONCRETAGEM LTDA”, emitido pelo CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho. **Vigésimo Sétimo – Licenciamento Ambiental** – O Consórcio Regional de Saneamento Básico (CONSANE) encaminha análise técnica referente ao processo de Licenciamento Ambiental para extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, na modalidade LAC1, solicitado pelo empreendimento Prefeitura Municipal de Lavras. Na referida análise apresentada, o COSANE manifestou-se nos seguintes termos: *Conforme apresentado, a atividade enquadra-se em porte médio, possuindo área da jazida, informada no FCE, de 4 há, com incidência de critério locacional de enquadramento, resultando na modalidade LAC1. Após análise técnica dos documentos apresentados, constatamos a escassez e generalização de informações necessárias ao processo para obtenção da licença ambiental. Vale ressaltar que fica a cargo do CODEMA a deliberação do licenciamento ambiental.* Após análise e votação, foi

deliberada a suspensão do processo e a realização de reunião extraordinária para sua apreciação, em razão do pedido de vistas formulado pelo Conselheiro Sr. José Carlos Fidélis da Silva. **Ofícios (Pontos 28 a 29) – Vigésimo Oitavo - Ofício\_Lavras/MG PROPAR n° 4/2025** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Ofício\_Lavras/MG PROPAR n° 4/2025, por meio do processo n° 3535.01.0001326/2025-18 (SEI), reiterando o Ofício n° 291/2025/SMMA/ags/kmm, encaminhado ao Conselho no dia 02/06/2025, no qual o Hospital Vaz Monteiro tinha 30 (trinta) dias úteis para prestar esclarecimentos e providências, referentes à obra no local do corte de 02 (duas) árvores, para reforma da calçada, eliminado 02 (duas) vagas de estacionamento para que as ambulâncias possam “parar adequadamente e com segurança” no local. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente cita ainda: *Ressaltamos que foi deliberado por este Conselho, também, a obrigação de plantio de 01 (uma) muda no local, devido à árvore que foi autorizada e cortada de forma equivocada, e até a presente data, não houve plantio no local. Informamos ainda que a informação da retirada das 02 (duas) vagas do estacionamento para o local adequado e seguro das ambulâncias pararem, também ainda não foi realizado, conforme fotografias anexas (a primeira, tirada no local em 18/02/2025, logo após o corte das árvores, e a segunda foto, do dia 12/08/2025, mostrando a possível reforma já finalizada, mantendo as duas vagas do estacionamento assim como era antes das árvores serem cortadas).* Após análise e votação, o Conselho deliberou pelo encaminhamento de ofício/notificação ao Hospital, determinando a substituição das duas vagas destinadas a veículos comuns por estacionamento exclusivo para ambulância, bem como o plantio de uma árvore, sob pena de autuação. Ressaltou-se que, em razão do caráter social da instituição, será concedido prazo para manifestação e cumprimento da obrigação, ficando estabelecido que, caso não haja resposta, o assunto será novamente discutido em reunião subsequente. O Conselheiro Sr. Regis Pereira Venturin sugeriu que seja dada ao Hospital a opção de indicar o local mais adequado, nas proximidades ou no entorno do imóvel, para o plantio da árvore. A sugestão foi acolhida pelo Plenário, e o Sr. Presidente destacou que a medida inicial será o envio da notificação oficial, a fim de que o Hospital atenda às determinações, sob pena de futura autuação. **Vigésimo Nono – Ofício\_Lavras/MG ASSEFIS-SECMAMB n° 14/2025** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Ofício\_Lavras/MG ASSEFIS-SECMAMB n°. 14/2025, por meio do processo n° 3535.01.0001366/2025-05 (SEI), informando que até a presente data, não receberam o Relatório de Implantação do Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, referente à Área de Preservação Permanente – APP,

em que ocorreu intervenção sem autorização, localizada aos fundos do supermercado Villefort. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente cita: *Ressaltamos que o PTRF foi aprovado na reunião do dia 30/04/2025, com prazo para implantação de noventa (90) dias corridos, venceu em 29/07/2025. Informamos ainda que a empresa já apresentou PTRF referente à área municipal, para compensação por essa intervenção, que ainda está sendo analisado, como parte também do cumprimento das quatro (04) condicionantes para a emissão da Licença Corretiva para o empreendimento. Diante do exposto solicitamos providências, devido ao recorrente descumprimento de prazos para finalização deste processo.* Na oportunidade, a Sra. Alana Moreira, representante da empresa Apolo Empreendimentos e Energia LTDA, responsável pelo empreendimento, prestou esclarecimentos. Informou que os dois PTRFs exigidos como medida corretiva já foram apresentados, sendo que o referente ao entorno do Villefort encontra-se em execução. Segundo a representante, a empresa contratou profissional específico para a execução, a área já foi limpa, covas foram abertas, mudas e insumos adquiridos, e a previsão é de finalização do plantio até sexta-feira subsequente à reunião. Explicou que a divergência quanto ao prazo decorre da data de comunicação formal da aprovação: embora o PTRF tenha sido aprovado em 30/04/2025, a empresa só recebeu a comunicação no final de maio, motivo pelo qual o cronograma foi iniciado em junho. Assim, entende que o prazo de 90 (noventa) dias encerra-se em 29/08/2025, e não em 29/07/2025. Comprometeu-se ainda a encaminhar formalmente ao Conselho os documentos comprobatórios da execução (contratos, notas fiscais, fotografias e filmagens). A representante da SMMA, Sra. Kira Malves Maia, registrou que não tinha conhecimento prévio dessa justificativa relativa ao marco inicial e explicou que as informações prestadas pela Secretaria ao Ministério Público e à Procuradoria foram calculadas com base nos documentos disponíveis aos seus técnicos, razão pela qual consta a contagem até 29/07/2025. O Sr. Presidente sugeriu que as decisões do Conselho que impliquem estabelecimento de prazos relevantes sejam publicadas no Diário Oficial do Município, passando a contar a partir da publicação — devendo constar o número do processo e as iniciais da empresa —, com o objetivo de evitar dúvidas sobre o marco inicial e final dos prazos. Os conselheiros presentes concordaram com a sugestão. A representante do empreendimento comprometeu-se a encaminhar, até a próxima reunião do CODEMA, o relatório final de implantação do PTRF juntamente com as comprovações necessárias (contratos, notas fiscais, fotografias e demais documentos probatórios). **Extra Pauta (Pontos 30 a xx) Trigésimo - Regularização Ambiental – ZPA – Processo IPC nº 1005-24-LVR-IPC – A Conselheira Danielly Ribeiro de Souza**

reapresentou ao plenário o Parecer Técnico por ela elaborado, relativo ao pedido de Regularização Ambiental em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do imóvel de propriedade do Sr. Leandro Ferreira dos Santos, constituído pelos cadastros municipais nº 47851, 47852 e 47853, unificados na matrícula nº 76327. No parecer, a Conselheira explicou que a planta originalmente apresentada no processo demonstra o traçado do curso d'água em linha praticamente retilínea, divergindo da demarcação georreferenciada executada em QGIS, na qual se evidenciam as curvas naturais do leito. Com base nessa demarcação georreferenciada e no histórico de aplicação da faixa à época da aprovação do loteamento, a Conselheira opinou pela manutenção da faixa de 15 (quinze) metros de Área de Preservação Permanente (APP) ao longo do curso d'água, por existir vegetação na faixa e ser tecnicamente viável sua preservação no terreno em questão. Também foi indicado que as correções nas demarcações dos limites do loteamento — discrepantes entre a unificação, a planta do loteamento e os arquivos do QGIS — deverão ser tratadas no âmbito da Subsecretaria de Regulação Urbana. Em diálogo com o plenário, o Presidente ressaltou que a legislação vigente permite, em determinados casos, o afastamento mínimo de 5 (cinco) metros, porém este Conselho tem competência para estabelecer faixa superior quando presentes elementos técnicos e vegetação que justifiquem tal ampliação. A Sra. Graziela, Representante da SMMA, informou que o setor de geoprocessamento já procedeu à demarcação correta do curso d'água, alinhada às curvas naturais apontadas nas análises técnicas. Submetido à votação, o Parecer da Conselheira Danielly Ribeiro de Souza foi aprovado pelo plenário, deliberando-se pela regularização ambiental da propriedade do Sr. Leandro Ferreira dos Santos, condicionada à manutenção de faixa de proteção de 15 (quinze) metros de APP ao longo do curso d'água, conforme recomendações do parecer aprovado. Ficou decidido que será encaminhado ofício ao interessado informando a deliberação do Conselho, bem como que as eventuais correções cadastrais e de demarcação do terreno deverão ser regularizadas na Subsecretaria de Regulação Urbana, conforme orientações técnicas apontadas no processo. **Trigésimo Primeiro – Recurso de Auto de Infração** – A empresa Edifique Construtora Empreendimentos e Incorporação LTDA encaminhou recurso administrativo ao Conselho, solicitando a revisão do Auto de Infração Ambiental nº 3626/2024. Para análise do caso, foi designada como relatora a Conselheira Kellem Lucia Costa, a qual apresentou parecer técnico referente ao recurso. Em sua conclusão, a relatora manifestou-se nos seguintes termos: *“Diante do exposto, opino pelo não provimento do recurso e pela manutenção integral do Auto de Infração nº 3626/2024, uma vez que restou*

configurada a infração administrativa e não foram apresentados fundamentos aptos a afastar a penalidade aplicada”. Após análise e votação, o Conselho manifestou-se de forma favorável ao Parecer apresentado pela Conselheira Kellem Lucia Costa, deliberando pelo não provimento do recurso e manutenção integral do Auto de Infração nº 3626/2024. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Segundo – Regularização Ambiental – ZPA** – O Conselheiro Manuel Dias da Silva Neto encaminhou ao plenário o Parecer de Vistoria, elaborado pela comissão designada na reunião ordinária de 28 de maio de 2025, composta pelos Conselheiros Sr. Manuel Dias da Silva Neto e Sr. Eriello Ferreira de Araújo, para análise do pedido de Regularização Ambiental em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) referente ao imóvel inscrito no Cadastro nº 36011, situado na Rua Juliano Martins Goulart, s/n, bairro Nova Era II, de propriedade da Sra. Marla Aparecida de Oliveira (CPF: 108.612.886-96). Após apresentação e discussão do relatório de vistoria, procedeu-se à análise e votação em plenário. O Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido parecer da Comissão de Vistoria, que concluiu pela insuficiência dos estudos apresentados para atestar se eventual ocupação no local acarretará ou não risco de desastre, nos termos da legislação aplicável. Diante do exposto, deliberou-se que o imóvel objeto da análise não é passível de regularização ambiental. Será encaminhado ofícios aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Terceiro – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** – Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento **Escola Crescer Baby**, localizado na Rua Jose Luiz Santana, 96, Olaria, Lavras/MG. O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento Escola Crescer Baby levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº. 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 E DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento denominado CRESCER BABY, em sua revisão 01, datada de agosto de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.* Após análise e votação, foi

deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento Escola Crescer Baby, localizado na Rua Jose Luiz Santana, 96, Olaria, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Quarto – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** – Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento **CABANNA**, localizado na Rua Comendador José Esteves, 118, Lavras/MG. O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento CABANNA levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº. 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento denominado CABANNA, em sua revisão 01, datada de agosto de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.* Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento CABANNA, localizado na Rua Comendador José Esteves, 118, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Quinto – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** – Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento **Associação Atlética Ferroviária**, localizado na Av. Dr. Samuel Gammon, 140, Centro, Lavras/MG. O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha análise técnica do EIV do empreendimento Associação Atlética Ferroviária levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº. 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação.*

*Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 E DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento denominado ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA FERROVIÁRIA, em sua revisão 01, datada de agosto de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.*

Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento Associação Atlética Ferroviária, localizado na Av. Dr. Samuel Gammon, 140, Centro, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica do CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Sexto – Aprovação de Projeto – Loteamento** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício n° 432/2025/SMMA/ags/kmm, o Relatório de análise do Projeto de Arborização Urbana (retificação) do loteamento Residencial Londres, emitido pela Comissão do PROPAR. A Comissão do PROPAR cita: *após análise da documentação apresentada, do Projeto de Arborização Urbana – retificação, referente ao loteamento Residencial Londres, sugerimos APROVAÇÃO do mesmo. Informamos ainda, que as modificações realizadas no projeto, referem-se apenas à alocação de espécies de árvores nas ruas, bem como a diminuição do número de indivíduos plantados devido à instalação dos postes de eletricidade. Além disso, a implantação dessa arborização, assim como a implantação do loteamento, será dividida em duas (02) etapas, e no atual projeto consta essa descrição.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido relatório, determinando pela aprovação do Projeto de Arborização Urbana – retificação, em conformidade com as considerações apresentadas pela Comissão do PROPAR. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Trigésimo Sétimo – Ofício n° 150/2025/CODEMA/ags – Comunicação de decisão ad referendum do presidente** - O Presidente do Conselho de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA informou ao plenário, para ciência, que apreciou em decisão ad referendum o requerimento relativo ao Auto de Infração n.º 12.1R/2025 (Processo n.º 1235-25-LVR-IPC, Sistema Aprova). Considerando: (i) o julgamento do referido Auto de Infração pelo plenário em 05/08/2025; (ii) o Protocolo n.º 1235-25-LVR-IPC; (iii) o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 452/2022 e seu regulamento; (iv) o Termo de Embargo n.º 12/2025, anexo ao Auto de Infração; e (v) o Ofício da empresa CPS Construções S/A, datado de 05/08/2025, o Presidente decidiu ad referendum: 1. Conceder o desembargo da obra do empreendimento San Carlo Club Residence; Determinar anotação do deferimento no Sistema Aprova Digital, em atenção ao requerimento

341 apresentado; 3. Determinar o encaminhamento desta decisão ao plenário do CODEMA  
342 para ciência e ratificação na próxima reunião ordinária. O Sr. Presidente informa que, na  
343 reunião passada, foi aprovada a manutenção do Auto de Infração concedido ao  
344 empreendimento, e que, posteriormente, a empresa ingressou com processo de  
345 regularização dentro da nova legislação, com afastamento de 5m. Para que esse processo  
346 pudesse ser analisado, seria necessário o desembargo da obra. Relata que se reuniu com  
347 o Dr. Wesley, Promotor de Justiça, ocasião em que conversaram e demonstraram que o  
348 plenário do CODEMA havia mantido a multa. O Dr. Wesley determinou que fosse  
349 comunicado oficialmente, o que já foi feito pela Procuradoria, a qual também informou  
350 que a recomendação de não haver análise de qualquer projeto do empreendimento deveria  
351 ser suspensa. Assim, após essa reunião, optou-se por efetuar o desembargo e determinar  
352 o prosseguimento da análise do processo de IPC referente à regularização da ZPA do  
353 empreendimento. Explica que esse deferimento ocorreu para dar continuidade aos  
354 trabalhos. Esclarece, ainda, que, havendo a solicitação formal da empresa e a  
355 concordância expressa do Ministério Público, inclusive com ciência da Procuradoria  
356 Geral do Município, este Secretário, como Presidente do CODEMA, efetuou o  
357 desembargo, o qual é apresentado agora ao plenário para análise e ratificação ou  
358 manutenção do embargo. Ressalta que a decisão final compete a este plenário, razão pela  
359 qual o assunto é colocado em discussão. Não havendo manifestações contrárias, o  
360 plenário deliberou pela aprovação do ad referendum, ratificando a decisão do Presidente.

361 O Sr. Presidente informa que foi lançado, neste mês, o Projeto Escolas Verdes, do qual a  
362 Conselheira Mirene participou como representante do CODEMA. A escola já está  
363 equipada com lixeiras para coleta seletiva e faixas educativas. Estão previstas diversas  
364 atividades ao longo do ano, incluindo apresentações teatrais e o *Verde Cine*, programados  
365 para outubro, com foco na conscientização dos alunos sobre coleta seletiva. Ainda neste  
366 mês de setembro, será concluída a implantação da horta escolar, de modo que os alunos  
367 possam participar do plantio, beneficiando toda a comunidade escolar. O Presidente  
368 ressaltou, ainda, que os Conselheiros interessados poderão visitar a escola para conhecer  
369 a estrutura já existente e a proposta de expansão do projeto para todas as escolas  
370 municipais de Lavras.

371 O Sr. Presidente também informa que, na quinta-feira passada, recebeu o subsecretário  
372 de Saneamento da SEMAD, Sr. Anderson Diniz. Na oportunidade, foram tratados os  
373 encaminhamentos finais do Projeto Minas Recicla Energia, que já se encontra nos ajustes

374 finais para a emissão da licença ambiental da empresa Intersementes, responsável por  
375 receber resíduos volumosos provenientes dos quatro municípios da região (Lavras, Ijaci,  
376 Perdões e Nepomuceno). Foi destacado que, atualmente, itens como colchões, guarda-  
377 roupas e sofás têm sido encaminhados ao transbordo para posterior aterramento. Com o  
378 novo projeto, a ACAMAR realizará a triagem dos materiais reaproveitáveis, enquanto os  
379 resíduos restantes serão coprocessados pela Intersementes, no município de Ijaci. O  
380 Presidente destacou que a medida representará um avanço significativo na redução do  
381 volume de lixo destinado ao aterro de Lavras. Informou, ainda, que a expectativa é de que  
382 o projeto seja implantado até o final de setembro.

383 Ainda, como último comunicado, o Sr. Presidente informou que foi publicada, no dia  
384 anterior, no Diário Oficial do Município, a relação dos candidatos e entidades aprovadas  
385 para participarem da eleição do CODEMA, prevista para o mês de setembro. Na ocasião,  
386 o Presidente apresentou aos Conselheiros os nomes e respectivas entidades dos  
387 candidatos aprovados

388 Às 10 horas e 11 minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, nada  
389 mais tendo a se tratar, o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza, encerrou  
390 a oitava reunião do CODEMA, da qual para constar, eu Secretário Executivo do  
391 CODEMA, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr.  
392 Presidente.

**Adriano Garcia de Souza**

**(Presidente do CODEMA)**